SINTRAJUD 15 anos
nossa luta faz acontecer
FENAJUFE

Jornal do Judiciário

Coordenação Nacional Conlutas de Lutas
Filiado à Conlutas

Segunda - feira, 31 de maio de 2010 - Número 384 - 13.000 exemplares - Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário - www.sintrajud.org.br - (11) 3222.5833

1º DE JUNHO
"Apagão" no Judiciário

No dia Nacional de Luta pelo PCS, atos unificados na capital (TRE), em Santos (JT) e no interior

A greve continua, deve ganhar as ruas nos próximos dias e promoverá um 'apagão' no Judiciário Federal no dia 1º de junho na defesa da aprovação do PCS. Essas foram algumas das decisões da reunião ampliada realizada pela federação nacional (Fenajufe), em Brasília, no domingo, 30.

Com o chamado 'apagão', a meta é fazer com que a paralisação nacional ganhe o reforço de toda categoria, de quem já está e de quem ainda não entrou na greve.O calendário aprovado prevê ainda novas manifestações no 'aniversário' de um mês da greve, na segunda semana de junho.

Para o dia 7, à noite, está prevista uma vigília à luz de velas em frente à sede do Supremo Tribunal Federal. No dia seguinte, ato público centralizado em Brasília, com caravanas de todos os estados do país.

Graças à força que a categoria tem demonstrado na greve, as negociações começaram. Para o diretor do Sintrajud e da Fenajufe, Antonio Melquíades, o Melqui, a reunião com o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo foi positivo.

"Ainda que ele [Paulo Bernardo] tenha falado em pagamento a partir de 2011, a reunião foi um avanço, mas continuaremos lutando em busca da possibilidade de uma parte do projeto ainda em 2010. É difícil, mas isso vai depender de nossa mobilização em todos os Estados", disse Melqui.



Wladimir Aguiar

Na capital ato unificado será no TRE

Às 15h, os servidores da capital farão um grande ato em frente à sede do TRE, na R. Francisca Miquelina. Ônibus partirão da JT/Barra Funda e do TRF às 13h30 em direção ao TRE. Para o diretor de base Cláudio Klein, que faz parte de comando de greve, no dia 1º o TRE deverá parar novamente, como ocorreu no dia 26, última quarta, quando cerca de 90% do prédio parou pelo PCS e contra o congelamento de salários. "Será um ato forte, com uma grande adesão", afirmou. Durante o ato, haverá diversas atividades com muita criatividade e uma apresentação de teatro.

Servidores em ato unificado no TRE, dia 12/5; ato no dia 1º será ainda maior

Servidores da Baixada Santista realizam ato público nos dias 1º e 2

Os servidores da Baixada Santista vão realizar um ato em frente à JT no Dia Nacional de Luta pelo PCS e contra o congelamento de salário, com concentração ao meio-dia. Depois, todos seguirão até o Fórum Estadual de Santos, na Praça José Bonifácio, onde o ato será unificado com os servidores do Judiciário Estadual, também em greve.

Para Adilson Rodrigues, diretor de base e servidor da JF/Santos, só a participação de todos poderá garantir a aprovação do PCS. "Toda e qualquer negociação só está acontecendo por conta da pressão da greve", disse.

No dia 2, quarta-feira, véspera do II Congresso da Conlutas, que será em Santos, os servidores preparam outro ato público em frente ao Fórum da JF de Santos (Praça Barão de Rio Branco, 30). Será às 14h e contará com a presença dos servidores da região do ABC. Um ônibus sairá do TRF, às 11h, levando servidores da capital para o ato.

Com a realização do Congresso da Conlutas na cidade, Adilson Rodrigues espera que diversas categorias, que já estarão em Santos se juntem ao ato, somando as suas reivindicações com a luta pela aprovação do PL 6613 e contra o congelamento salarial em todo o funcionalismo público.

Servidores de Santos na luta no dia 11/5



Marcela Mattos

Participe da caravana a Brasília

Nos dias 7 e 8 de junho haverá vigília e manifestação em Brasília em defesa do PCS. Os servidores interessados em participar da caravana devem se inscrever com a funcionária do Sintrajud Juliana até o dia 2 de junho, pelo telefone (11) 3222-5833.

Servidores da JF/ Campinas preparam ato dia 1º

No dia 1º de junho, dia nacional de luta pelo PCS, os servidores campinenses vão realizar uma assembleia/ato, às 15h, no saguão da JF. Nesse dia, a greve, que já atinge a 1ª, a 5ª, a 8ª e a 4ª vara, deverá ter a adesão de outras varas. A assembleia/ato contará com a participação dos servidores de outros fóruns da JF, JEF e JT de Campinas e Região.

Estudo revela que sem PCSs salário médio da categoria seria de R$ 851
Pág. 03

Governo quer que projeto volte para o CNJ
Pág. 03

Congressos da Conlutas e de Unificação acontecem neste final de semana
Pág. 04

Opinião do Sintrajud

A mídia e suas armadilhas contra a nossa greve

Não chega a ser novidade. Sempre que as greves incomodam, governo e certas administrações de tribunais se utilizam dos meios de comunicação para atacar os trabalhadores. Também distorcem números. Pintam cenários irreais (houve até um candidato a presidente que se elegeu chamando os servidores de marajás e que depois acabou derrubado pelo povo nas ruas).

A distorção dos números acontece, por exemplo, com reajustes parcelados. O índice total é usado para 'valorizar' e atacar o aumento. Tempos depois, as parcelas são apontadas como se fossem "novos aumentos".

Outra prática comum são as propostas alternativas 'salvadoras', que, independente do objetivo de quem as apresenta, acabam usadas pelo governo para nos dividir.

O cúmulo é tentar comparar o possível aumento dos servidores do Judiciário Federal com o reajuste das aposentadorias que Lula ameaça vetar. Defendemos o índice maior para as aposentadorias. O que aprovamos, inclusive, em nossa última reunião ampliada da greve. Mais do que isso, acreditamos que nenhum reajuste para aposentados, fosse ele muito maior mesmo, seria capaz de quebrar o país ou o tal do 'equilíbrio fiscal'.

Não por acaso, essa mídia jamais compara o impacto de projetos assim com as despesas da União com juros e encargos de uma dívida pública que quanto mais se paga mais aumenta.

Em 2009, mais de R$ 380 bilhões foram usados para pagar juros e encargos das dívidas. Mais de R$ 1 bilhão ao dia. Portanto, pouco menos de 48 horas de juros seriam suficientes para bancar o aumento extra dos aposentados. Menos de uma semana pagaria o custo anual do PCS-4.

Não surpreende que nenhum veículo da imprensa comercial faça tais tipos de comparações, apesar de todos eles terem acesso a esses dados.

Não, isso não está pautado. O que interessa é tentar nos dividir. No macro, tentam colocar servidores, aposentados e trabalhadores do setor privado em campos opostos. No micro, buscam dividir o funcionalismo e seus respectivos segmentos.

Dispersar-nos ou dividir-nos é o atalho mais rápido para derrota

Quando a greve caminha para completar um mês, e as negociações acontecem em ritmo ainda lento, o que mais precisamos é nos unir ainda mais. Dispersar-nos ou dividir-nos é o atalho mais rápido para derrota. É cair na armadilha do governo Lula e de certos setores subservientes das direções dos tribunais. Não há proposta alternativa desse governo, seja de subsídios ou outra coisa. A proposta é atacar nossa greve e nos impor dez anos de salários congelados.

A greve deve ganhar as ruas. Fortalecer a paralisação e a nossa unidade em torno da proposta pelo PCS-4.

Idéias

Um espaço para a livre expressão de opinião

Os artigos não refletem necessariamente a opinião da diretoria do Sintrajud

Manifestação ao CNJ

Paulo Henrique de Oliveira Junior *

Enquanto servidor público atuante na Justiça Federal em Mato Grosso, não posso de forma alguma deixar de expressar o meu grande desapontamento em face da recente decisão administrativa do Conselho Nacional de Justiça, em autorizar o desconto compulsório do denominado imposto sindical, equivalente ao valor de um dia de trabalho, em favor da estranha e sobretudo desconhecida Confederação dos Servidores Públicos do Brasil, entidade esta que, à evidência, nada fez em favor dos servidores públicos brasileiros, especialmente em favor dos servidores do Poder Judiciário.

a)- De imediato, exsurge que o denominado imposto é previsto expressamente na legislação trabalhista para ser descontado do trabalhador CELETISTA, resultando que na condição de servidores públicos ESTATUTÁRIOS, haverá forçosamente que existir legislação expressa autorizando tal desconto compulsório, em face do Princípio da Legalidade constitucional, haja vista que os servidores públicos, como sabido, são regidos por legislação específica, qual seja o regime ESTATUTÁRIO, sem vínculo com o regime CELETISTA, sendo este totalmente diverso daquele, assim carecendo de autorização legislativa expressa para o gravoso desconto.

b)- Outra situação que se apresenta, que ataca diretamente a Constituição Federal, é a extensão da cobrança compulsória, por si só indevida em face do Princípio da Legalidade, aos servidores NÃO SINDICALIZADOS. Tal imposição fere frontalmente, por via transversa, a conhecida determinação constitucional de que ninguém pode ser forçado a sindicalizar-se ou associar-se a qualquer entidade.

Em segundo lugar, analisando o presente contexto, a cobrança compulsória ao não sindicalizado assemelha-se tal qual uma ordem ADMINISTRATIVA determinando que o servidor seja sindicalizado/associado extraordinariamente, por imposição da administração, como que para validação da cobrança, fulminando frontalmente o referido mandamento da Constituição Federal do Brasil relativo à livre associação, direito este que não pode ser exercitado por ninguém mais além do próprio servidor interessado. Concluindo, passo à consideração, propondo ainda seja reavaliada a posição tomada pelo CNJ e tornada sem efeito a cobrança em tela, à míngua de previsão legal bem como pelos outros motivos elencados.

Essa carta foi encaminhada ao CNJ no dia 14/05/2010

**** Paulo Henrique de Oliveira Júnior é servidor do TRF de Mato Grosso***

IDÉIAS - textos para esta seção devem ser enviados por email para *imprensa@sintrajud.org.br*, contendo no máximo 2.000 toques. Textos com excesso de caracteres serão reduzidos a critério da edição.

AGENDA

Vai Acontecer

31 de maio
Debate "De que adoecem os trabalhadores do Judiciário", com a psicóloga Ana Paula Lopes, às 15h, no Fórum Ruy Barbosa

Debate sobre reforma do Estado e Poder Judiciário, com a socióloga Lucy Praun, às 15h, no TRF

1º de junho
Ato unificado em frente ao TRE, às 15h, na rua Francisca Miquelina

Em Santos, servidores concentrarão às 12h, na JT e seguirão até do Fórum do Judiciário Estadual para um ato unificado.

02 de junho
Debate "De que adoecem os trabalhadores do Judiciário", às 15h, com a psicóloga Ana Paula Lopes, na Execuções Fiscais

Ato Conjunto em Santos, às 14h, em frente, em frente ao fórum da JF

03 de junho
2º Encontro de Mulheres da Conlutas, em Santos

Abertura do 2º Encontro da Conlutas, em Santos

04 de junho
2º Encontro da Conlutas, em Santos

05 e 06 de junho
Congresso da Unificação, em Santos

Aconteceu

30 de maio
Reunião ampliada da Fenajufe

26 de maio
Ato Unificado em frente ao TRE

Imagem da Semana

Carlos Domingues / AFP



Greve na França contra a Reforma da Previdência.



Em Brasília

Reunião ampliada reforça greve pelo PCS e aprova calendário de luta

Servidores de todos os estados em greve reafirmam defesa do PCS para derrubar o congelamento salarial de Lula

Cerca de 150 servidores, representando os mais de 20 estados que já estão em greve, avaliaram que esse é um momento que pode ser decisivo para exigir do governo, do STF e da Comissão de Trabalho da Câmara avanços nas negociações.

Os servidores avaliaram que é preciso fortalecer a greve e não é o momento de levantar propostas que possam dividir a categoria e facilitar os planos do governo Lula de congelar os salários por dez anos. "Temos que reafirmar que nossa pauta é o PCS e com um mês de greve criar fatos políticos, temos que ter atos com força e exigir que a Comissão de Trabalho aprove o projeto", disse Adilson Rodrigues, servidor da JF em Santos e dirigente de base do Sintrajud.

Houve a compreensão de que a greve obrigou governo, tribunais e parlamentares a iniciar as negociações. Mas, por outro lado, avaliou-se que esse processo ainda é lento. "A estratégia do governo tem sido empurrar, empurrar, empurrar... por que eles sabem que nós não temos tempo", disse Elongio Moreira, servidor da Justiça Eleitoral do Amazonas, primeiro estado a entrar em greve, referindo-se à proximidade da Copa do Mundo e das eleições.

Para Claudio Klein, dirigente de base do Sintrajud e servidor do TRF, é hora de colocar a greve nas ruas e fazer barulho. "A categoria já compreendeu a gravidade do momento que estamos passando, se não aprovarmos o PCS agora será muito difícil aprovar qualquer coisa depois", disse.

Armadilha

Governo quer que projeto volte para o CNJ

Presidente da Ctasp diz ter recebido ofício de Paulo Bernardo sobre exigência, que LDO isenta

O governo tenta "atrapalhar" a aprovação do PCS-4 ao sustentar que a proposta tem que ter o aval do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) antes de passar pelo Legislativo.

É o que afirmam servidores que participaram da negociação com o ministro Paulo Bernardo (Planejamento), que levantou a questão. A reportagem obteve do presidente da Comissão de Trabalho da Câmara (Ctasp), deputado Alex Canziani (PTB-SC), a informação de que ele recebeu ofício do ministro com essa posição.

"A lei diz que não precisa, se vai para o CNJ reabre a discussão, atrapalha tudo", afirmou Saulo Arcangeli, diretor da Fenajufe. "Tudo indica que é [uma manobra] para tentar alterar a proposta lá [no CNJ]", critica.

Na audiência ocorrida na quarta-feira (27), entre servidores, integrantes da Ctasp e Paulo Bernardo, o ministro tocou nesse ponto. Foi contestado pelos trabalhadores, que mostraram a ele que a Lei de Diretrizes Orçamentárias não prevê isso.

Servidores levam documento à Ctasp

A Fenajufe entregou, na sexta-feira (28), documento nesse sentido aos deputados Canziani e Sabino Castelo Branco (PTB-AM), relator do projeto que revisa os salários do Judiciário Federal (PL 6613/2009).

O documento traz cópia do trecho da LDO que ressalva não ser necessário que projetos oriundos do STF ou do Ministério Público da União passem pelo crivo do Conselho Nacional de Justiça ou do Conselho Nacional do Ministério Público.

"Não precisa passar pelo CNJ, a Lei de Diretrizes Orçamentárias deixa muito claro isso", disse o servidor Antonio Melquíades, o Melqui, diretor da Fenajufe e do sindicato de São Paulo (Sintrajud)..

Ctasp enviou ofício ao Supremo

O presidente da Ctasp disse acreditar que o problema seja resolvido numa possível reunião da comissão com o presidente do STF na terça-feira, dia 1º de junho. Ele confirmou ter recebido o documento entregue pelos servidores com o trecho da LDO, mas alegou não ter tido outra saída além de encaminhar o caso a Peluso. "Como o Paulo Bernardo mandou para gente oficialmente [tivemos que encaminhar], mas acho que na terça-feira a gente acaba [com isso]", disse à reportagem.

A data da possível audiência coincide com o Dia nacional de Luta, quando servidores irão realizar manifestações por todo país. Veja matéria completa no site do Sintrajud.

Econômico

Sem luta, salário médio da categoria seria de R$ 851

Estudo do economista do Sintrajud revela que a conquista dos três PCSs salvaram a categoria de ter seus salários arrochados

Se os servidores do Judiciário não tivessem lutado pelos três Planos de Cargos e Salários e pelos 11,98%, com suas memoráveis greves, a remuneração média na carreira efetiva seria de apenas R$ 851, 25. É o que diz o estudo elaborado pelo economista do Sintrajud, Washington Moura Lima.

De acordo com o estudo, desde janeiro de 1995, os salários da categoria sofreram somente duas revisões gerais: uma de 3,5%, e outra de 1%, mais R$ 59,87. Com esses aumentos, a remuneração atual de um analista seria de R$ 1.249,07, de um técnico, de R$ 816, 03, e de um auxiliar, R$ 488, 65. O estudo diz ainda que o aumento desde então corresponderia a módicos R$ 94,20.

Segundo Washington, se as conquistas não tivessem acontecido, oito padrões da carreira do Judiciário Federal seriam menor que o salário mínimo de hoje: R$ 510. Na prática, a remuneração subiria para o salário mínimo. O estudo revela que a cada ano, novos padrões teriam remunerações equivalentes ao salário mínimo.

O estudo conclui que a intensa mobilização da categoria nos últimos anos, na qual o Sintrajud sempre teve uma participação ativa, inclusive nacionalmente, foi muito importante. O economista ressalta ainda que, comparativamente com outras carreiras do Executivo, com funções assemelhadas, a remuneração dos servidores do Judiciário equivale tanto na remuneração inicial, quanto na final da carreira, em torno da metade das carreiras do Poder Executivo. O estudo conclui que mesmo com a aprovação integral do PCS-4, os valores da remuneração da carreira efetiva seriam menores do que as equivalentes do Executivo.



Eliseu S. Soares

Veja quais seriam as remunerações médias atualmente sem os PCS, só com as revisões gerais

Carreira efetiva	Remuneração	Aumento no Período
Analista Judiciário	R$ 1.249,07	R$ 111,46
Técnico Judiciário	R$ 816,03	R$ 92,67
Auxiliar Judiciário	R$ 488,65	R$ 78,47
Geral Carreira	R$ 851,25	R$ 94,20

Greve de 60 dias em 2006 garantiu a vitória do PCS3

Reorganização

Congressos da Conlutas e de Unificação serão neste final de semana

Delegados eleitos em todo país irão representar 3 milhões de trabalhadores

A reorganização do movimento sindical brasileiro vai dar um passo importante neste final de semana com a realização dos congressos da Conlutas e, posteriormente, o de Unificação. Os congressos acontecem do dia três a seis de junho, em Santos.Segundo informações da coordenação, as assembleias preparatórias para esses congressos elegeram juntas em todo país delegados que representam algo em torno de 3 milhões de trabalhadores.

"É um processo que reflete a reorganização da classe trabalhadora que se dá na base das categorias e dos movimentos sociais e populares, em alternativa e tentando superar entidades que, como a CUT, já não refletem a luta dos trabalhadores", disse Ana Pagamunici, da executiva Nacional da Conlutas

Para a diretora do Sintrajud Ana Luiza Figueiredo, o 2º Congresso da Conlutas, nos dias 3 e 4, é a expressão da construção dessa entidade que esteve à frente das lutas e da reorganização do movimento sindical brasileiro, após a traição da CUT. "Acreditamos que o balanço é positivo e queremos avançar nesse processo. Desde sua fundação a Conlutas defendeu a unidade com setores combativos e independentes na construção de uma alternativa para dirigir a luta dos trabalhadores".

O Congresso de Unificação representa uma etapa mais avançada da organização dos trabalhadores. Com a crise econômica, os ataques do governo e dos patrões tendem a aumentar. Além disso, entidades como a CUT, a Força Sindical e a CTB irão apoiar medidas contra a classe trabalhadora, portanto, os dois congressos acontecem num momento crucial da luta de classe no país.

"Apesar da intensa movimentação nos últimos meses, os congressos sindicais são a culminação de pelo menos dois anos de debate e discussões na base das categorias e integrantes dos movimentos sociais e da juventude", ressaltou Ana Pagamunici

Wladimir Aguiar



Em assembleia, no dia 13/5, servidores elegeram delegados do Sintrajud aos Congressos

Os números do Congresso da Conlutas

Participantes esperados: 2.000
Entidades inscritas: 389
Assembleias realizadas: 767

Os números do Congresso da Classe Trabalhadora

Participantes esperados: 3.000
Entidades inscritas: 499
Assembleias realizadas: 962

Por que vou ao congresso



"Em primeiro lugar, existe uma expectativa muito grande em torno desse congresso que irá fundar uma nova central. Essa nova entidade irá se vincular a uma ala para combater o sindicalismo governista, que é a CUT. Os trabalhadores estão ao "Deus dará" já que os sindicatos vinculados à CUT estão nas mãos do Governo. Temos que formar uma central que defenda os trabalhadores e não que fique fazendo o jogo do Governo". **Antônio Carlos Correia, diretor do Sintrajud e servidor da JF de São Bernardo do Campo**.



"Hoje vivemos uma conjuntura de colapso do capital. Os trabalhadores estão sofrendo dois tipos de ataques: o dinheiro público está sendo doado para salvar o capital privado através de um governo neoliberal, com políticas de estado mínimo; e os direitos dos trabalhadores estão sendo cortados. A construção dessa nova central é uma ferramenta fundamental no combate aos ataques aos trabalhadores. **Fausta Camilo de Fernandes, servidora da JF/Taubaté**



O congresso e a construção de uma nova central são importantes para discutir questões como o imposto sindical, a jornada de 6 horas e o assédio moral. **Iara Corregliano, servidora da JF**



Irei ao CONCLAT por que, como única diretora aposentada, me sinto na obrigação de participar da elaboração de uma nova central sindical. Essa nova central será importante para todos os trabalhadores, sejam eles ativos ou aposentados, e eu me sinto na obrigação de voltar e passar o que está sendo discutido na formação dessa organização que está acima da nossa. **Ana Fevereiro, diretora do Sintrajud e aposentada do TRE**



"O Conclat (Congresso da Classe Trabalhadora) é o fortalecimento da organização dos trabalhadores unidos em uma única central. O momento é de unir as lutas dos trabalhadores e unificá-las em torno de uma central. Na nossa conjuntura, é importante para a nossa organização uma central que lute pelos direitos dos trabalhadores e que organize a classe para que os trabalhadores não paguem pela crise, assim como os trabalhadores da Europa não estão aceitando pagar por ela". **Angélica Olivieri, diretora do Sintrajud e servidora da Justiça Federal.**



"A importância desse congresso se dá ao enfraquecimento da CUT. Esperamos que essa nova central viva em favor dos trabalhadores, que são quem faz esse país se movimentar". **Antero, diretor de base**

Audiência Pública debate PEC 555

No dia 14 de maio houve uma Audiência Pública na Assembléia Legislativa que debateu a questão da PEC 555. A Audiência contou com a presença de três deputados compondo a mesa e várias entidades no plenário.

A PEC 555 trata da extinção da Contribuição Previdenciária instituída em 2003, pela Reforma da Previdência, aos aposentados e pensionistas do serviço público. A diretora do Sintrajud e servidora aposentada, Ana Fevereiro, participou da audiência e faz parte da Frente Nacional São Paulo pela PEC 555: "Reverter a taxação dos inativos é uma questão de honra, não somente pela perda financeira, mas principalmente para restabelecer a dignidade dos aposentados", afirmou Ana. Ao falar sobre a taxação dos inativos, ela resgatou uma frase do deputado Carlos Mota na época da apresentação da proposta: "Uma das mais cruéis medidas tomadas contra os servidores públicos aposentados na instituição da contribuição previdenciária sobre seus proventos.".

Para que esse ataque seja revertido, é importante que os servidores se engajem cada dia mais na construção dessa luta.

Jornal do Judiciário
Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo

DIRETORIA: Ana Luiza de Figueiredo Gomes; Ana Maria Fevereiro; Antonio Carlos Correia; Antonio dos Anjos Melquiades; Cleber Borges de Aguiar; Démerson Parreira Galvão Dias; Eliseu da Silva Trindade; Erlon Sampaio de Almeida; Inês Leal de Castro; Jorge Costa; Leica Cláudio Silva; Maria Angélica Olivieri; Maria Cecília Pereira; Marcelo Penna Kagaia; José Carlos Sanches.

Sede: Rua Antonio de Godoy, 88/16º - São Paulo/SP - CEP 01034-000 - tel. (11) 3222 5833 - fax 3225 0608 - e-mail: sintrajud@sintrajud.org.br / **Subsede Baixada Santista:** R. Proost de Souza, 35 - Santos/SP - cep 11040-090 - e-mail: sintrajudsantos @uol.com.br - tel. (13) 3238 3807 / **Subsede Barra Funda:** R. Marquês de São Vicente, 235 - 19º and. - Bl. B - B. Funda/SP - cep 01139-001 - e-mail: subbarrafunda@sintrajud.org.br - tel. (11) 3392 3728 / 3525 9672 **Editora:** Jocilene Chagas **Jornalistas:** Adriana Delorenzo e Carlos Eduardo Batista **Colaboradores:** Hélcio Duarte Filho e Fernanda Bunny **Diagramador:** Daniel Oliveira **Tiragem:** 13.000